

O INTERCÂMBIO ENTRE A ÍNDIA E O IMPÉRIO ROMANO DURANTE OS PRIMEIROS SÉCULOS DA ÉRA CRISTÃ (*).

Há mais de oitenta anos o ilustre arabista Reinaud, que possuía o espírito de um grande historiador, ao qual, em muitos domínios, aliava a consumada experiência de um especialista, consagrou uma longa memória às relações de Roma com a Índia e as regiões circunvizinhas (1). Através de aprofundados estudos e discussão das fontes latinas, procurava mostrar que os romanos, no início do Império, preocupavam-se muito mais do que poderíamos supor com as regiões indús e respectivos soberanos. Talvez dedicasse êle demasiada importância a breves alusões feitas pelos poetas latinos à Índia e aos indús. E' verdade que os historiadores especializados do mundo ocidental, pouco preparados para admitir que a Índia pudesse ter desempenhado um papel na história universal por êles concebida, sempre deram pouca atenção à memória de Reinaud. Hoje, entretanto, os trabalhos dos historiadores do comércio e da navegação, os estudos e as descobertas dos induístas demonstram-nos que, no conjunto, Reinaud tivera razão.

Desde cêdo devia ter havido a suspeita de que assim fôsse. Não somente os testemunhos gregos e latinos são numerosos e formais, não só os dados geográficos dos Plínio, Pompônio Mela e Ptolomeu atestam um grande conhecimento da Índia, mas ainda mais, desde muito multiplicaram-se os estudos tendentes a provar que grande número de empréstimos foram feitos pela Índia à Grécia e ao mundo helenístico. Já no início do século XVIII, um dos maiores missionários induístas daquela época, o Padre Pons, distinguira a presença de têrmos técnicos gregos nos tratados de astronomia dos indús. Tais

(*) . — Este artigo foi reproduzido da *Revue Historique*, n.º 409, t. CCI, janeiro-março de 1949, pp. 1-29, com a autorização da editôra e do autor. Tradução do prof. Pedro Moacyr Campos (*Nota da Redação*).

(1) . — *Relations politiques et commerciales de l'Empire Romain avec l'Asie Orientale (l'Hyrcanie, l'Inde, la Bactriane et la Chine) pendant les cinq premiers siècles de l'ère chrétienne*. *Journal Asiatique*, 1863, n.º 3.

têrmos pertenciam à ciência alexandrina relativamente tardia e têm dado margem à afirmação de que a Índia conhecera a ciência grega até mesmo nos avançados estágios de seu desenvolvimento. Mas não se notou que tal conhecimento implicava relações na época romana e que se, nestas relações, a Índia tirara proveito do mundo helenístico, êste, por sua vez, não podia ser de tal modo cego que pudesse ignorar a Índia.

E' fato que certos autores, em épocas diversas, admitiram a possibilidade de trocas recíprocas entre a Índia e o Ocidente, mas raramente foram ouvidos. A moda das teorias referentes ao milagre grego opunha-se ao estudo aprofundado das relações com o Oriente. Tudo, na civilização helênica, devia ser explicado por uma evolução interna. O milagre grego consistia numa criação *ex-nihilo* de tudo o que se incorporara à cultura ocidental, não havendo lugar para o estudo das especulações orientais, que se ligavam a esferas estranhas e inferiores. Nossos conhecimentos acêrca do Oriente antigo, aliás, estavam longe de se poderem comparar com a extensão do que sabíamos a respeito do mundo clássico. Demais a mais, não eram postos ao alcance dos não-orientalistas. Se os orientalistas, em virtude de seus estudos clássicos, tinham informes sobre o Ocidente, os filólogos clássicos, ao contrário, mais estritamente especializados, não possuíam meio algum para poderem informar-se de maneira satisfatória dos assuntos ligados ao Oriente.

Atualmente o estudo dêste Oriente, e da Índia em particular, fêz consideráveis progressos. Os resultados adquiridos oferecem segurança bastante para que possam, daqui por diante, ser incorporados à cultura histórica geral. A importância e a esfera de repercussão da civilização indú estão demasiado definidas, para que deixe de surgir a necessidade imperiosa e urgente do estudo do problema de suas relações com o Ocidente.

Nas imediações da éra cristã, a civilização da Índia, além de já ser antiga, atingira um pleno desenvolvimento. Organizou ela poderosamente um imenso agrupamento de sociedades, criou três grandes religiões, elaborou ou estimulou tôdas as grandes correntes de especulações que continuará a desenvolver, constituiu um sistema de técnica, mística destinado a tornar-se um de seus traços mais característicos, concebeu os elementos fundamentais das ciências que em breve passará a codificar. Está pronta para chegar à maturidade, pronta também para lançar-se à expansão sobre a Ásia Central e o Extremo-Oriente.

Estão quase esquecidos os tempos longínquos, quando as tribos indo-arianas, das quais recebeu ela os hinos védicos, invadiam o vale do Indo, anteriormente habitado por povos mais civilizados, e combatiam incessantemente entre si e com os autóctones. Através de tôda a península e do Ceilão, que a ela se liga, cem povos diversos adotaram um fundo de cultura comum e já quase tôda a Índia, na época dos Mauria, esteve politicamente unificada durante mais de um século.

No tempo dos Aquemênidas, o vale do Indo, conquistado por Dario, ficara ligado ao império iraniano durante duzentos anos, da mesma forma que o Egito, a Síria, a Ásia Menor e a Mesopotâmia, participando de amplo intercâmbio com tôdas essas regiões. Mas o centro da civilização indú era, então, o vale do Ganges, onde florescia principalmente o reino oriental de Magada. Alexandre percorrera rapidamente, após ter atravessado o império persa, a antiga satrapia indú que a êste pertencera. Não pudera ir mais além. Sua tomada de posse, aí, longe de constituir uma conquista, tivera, ao contrário, o efeito de permitir à região que retornasse à civilização indú, o que fôra evitado pelos Aquemênidas (2). Os prefeitos de Alexandre tinham sido expulsos pelos indús, cujo chefe, Çandragupta, conquistara o trono do Magada e fundara a dinastia dos Mauria em 313 a. C., reunindo sob sua lei os dois vales do Indo e do Ganges. O neto de Çandragupta, Açoca, após diversas ampliações do poder, realizadas pelo seu pai e durante o seu próprio reinado, dominara desde a Aracósia até Bengala e desde o Afganistão até Misore. Atestam-no suas numerosas inscrições, dado encontrarem-se elas em tôda a imensa área que corresponde à Índia atual, com exceção do extremo sul, conservado pelos povos dravídicos que o habitavam e ainda o habitam.

Açoca fôra o maior rei do seu tempo. Reinara de 264 a 226 a. C. Nesta época ia aceso o conflito entre Roma e Cartago; os principais soberanos reinantes a ocidente de seus Estados, os Ptolomeus e os Selêucidas, não dispunham de maneira tão pacífica quanto êle de territórios tão extensos onde não houvesse contestação à sua autoridade; a China, enfim, estava sendo passada a ferro e fogo por Che-hoang-ti, empenhado no processo de forjar uma unidade. O império Mauria fragmentara-se muito pouco tempo depois da morte de Açoca. Nem por isso deixara de contribuir poderosamente para a formação de uma

(2). — Cf. *Alexandre et l'Inde*, in *L'information historique*, julho-outubro de 1947, p. 142.

unidade cultural indú. Repercutira, por meio de sua influência pacífica, sobre as regiões dravídicas independentes e sobre a ilha do Ceilão. Açoca tentara mesmo fazer com que chegasse até os reis o ideal, por êle próprio aplicado ao seu império, de um govêrno de acôrdo com a harmonia universal, o **Dharma**.

Ao século dos Mauria, época de grandeza e de alta cultura unificada, sucedera um período turvo. Os gregos da Bactriana, no século II a. C., tinham invadido a Índia, chegando mesmo, por um instante, à própria capital do Magada. Mantiveram-se no Panjâb até a chegada de novos invasores, iranianos desta vez, saces e partas. Êstes haviam restabelecido em proveito próprio o antigo domínio dos persas aquemênidas sobre as regiões do Indo, avançando mesmo, por vêzes, um pouco mais para o Oriente. A maior parte da península, todavia, ficara livre. Os invasores estrangeiros não tinham prejudicado o desenvolvimento natural da civilização indú; tinham apenas criado uma zona de amplo intercâmbio com ela e preparado um caminho para sua extensão continental.

Por volta de 130 a. C., populações nômade da Alta-Ásia, repelidas para o Ocidente por violentas convulsões nos confins chineses, vieram chocar-se com os partas e estabelecer-se na Bactriana. Movimentando-se em vagas sucessivas, tinham elas feito com que se deslocassem para a Índia as populações suplantadas. Não deveriam tardar em vir, êles próprios, na esteira destas últimas, a partir do primeiro terço do primeiro século da era cristã, para em breve dar origem ao grande império indo-cita, englobando, com a Índia do Oeste, o Afganistão de hoje e uma parte da Ásia central. Uma vez na Índia, adotaram êle a cultura própria do país e a religião budista, assegurando assim a difusão de ambas no resto de seus estados e nas rotas da Alta-Ásia que conduziam à China.

Nesta mesma época, os Estados indús do oriente e do sul, sem que ficassem politicamente unificados, compreendiam reinos muito importantes, principalmente o dos Andra, que se estendia sobre o Decão, e os reinos dravídicos sempre em florescimento no extremo-sul.

Tal é, no momento em que se forma o Império Romano, o estado do mundo indú. Roma não é, como se acreditou durante muito tempo, o único grande centro de civilização da época. Para além das regiões iranianas, o mundo indú equilibra o mundo mediterrâneo, e a grande vaga de povos que recobre o Irã oriental e a Índia do ocidente liga, de etapa em etapa, todo êste conjunto à China. Apenas na medida em que foi um foco

de civilização fechada, à parte das grandes correntes mundiais, poderíamos admitir ter o Império Romano permanecido sem comunicações importantes e sem intercâmbio com uma civilização tão cheia de vitalidade e de força expansiva, como a da Índia.

Com efeito, as comunicações, bem atestadas pelos textos gregos e latinos, são confirmadas pelos textos antigos e pelas descobertas arqueológicas recentes. Quanto às trocas, tornam-se mais claras à medida que progride o estudo da Índia, cujo pensamento deve ser previamente conhecido, para que possamos encontrá-lo eventualmente nas suas réplicas ocidentais.

AS VIAS DE COMUNICAÇÃO.

Houve, durante muito tempo, o hábito de se fazer coincidir a origem de um comércio digno de relêvo entre a Índia e o Ocidente com a data da descoberta das monções por Hipalo, pouco antes do meio do século I de nossa éra. Uma famosa passagem de Plínio (*Hist. nat.*, VI, 26; 5-11) (3) nos dá, com efeito, um precioso histórico das descobertas das rotas marítimas da Índia. Após relembrar o itinerário da frota de Alexandre comandada por Nearco, acrescenta êle que, “com o tempo (**postea**) pareceu ser possível atingir-se Patala”, isto é, as bôcas do Indo, “com toda certeza, a partir do cabo Siagrum da Arábia, graças ao vento **favonius** (de oeste) lá chamado **hippalus**”. Diz depois que o período seguinte (**secuta aetas**) indicou um caminho mais curto e mais seguro, do mesmo cabo a um pôrto da Índia; que durante muito tempo (**diu**) navegou-se assim, até que foram encontrados caminhos mais curtos. Ajunta que se realiza uma viagem anualmente e dá os detalhes do itinerário a partir do Egito, observando que dêle se tem “agora, pela primeira vez, um conhecimento certo” (**nunc primum certa notitia patescente**). Seguindo-se as indicações fornecidas pelo **Périplo do mar Eritreu** (57), conclui-se habitualmente que o vento **hippalus** de Plínio, ou seja, a monção de sudoeste que sopra de junho a outubro, tinha tal nome por ter sido descoberta recentemente por um certo Hipalo (4).

A bem dizer-se, tomando-se como base os dados de Plínio, deveríamos fazer remontar bem longe a descoberta de Hipalo, se é que ela se fêz numa rota da Arábia à Índia, substituída com longos intervalos por duas outras que ofereciam maiores van-

(3). — A citação de Plínio é feita segundo a edição Littré. Paris, 1848.

(4). — E. H. Warmington, *The commerce between the Roman Empire and India*. Cambridge, 1928, p. 45, fixa como data um momento logo após 42 a. D.

tagens. Mas, aconteça lá o que fôr com o próprio Hipalo, o que se pode concluir do testemunho de Plínio é que, se eram de aquisição recente na Itália detalhes precisos sôbre a rota da Índia então utilizada (e Plínio morreu em 79), nem por isso esta e outras rotas deixavam de ter sido percorridas desde muito tempo.

Estrabão oferece-nos a êste respeito, ao mesmo tempo, uma confirmação decisiva e dados precisos de importância capital. Seu testemunho (5) nos conduz ao fim do século I a. C. e é direto. Trata-se da época em que seu amigo Elio Galo era prefeito do Egito (24 a. C.). Subindo êste o curso do Nilo até Siena e as fronteiras com a Etiópia, isto é, na rota comercial de Alexandria para o mar Vermelho, ficou sabendo que 120 navios partiam anualmente do pôrto de Miosormos em demanda da Índia. Especifica tratar-se de mercadores de Alexandria, que haviam começado, desde pouco, a enviar semelhantes frotas, ao passo que no tempo dos Ptolomeus apenas um pequeno número ou-sava empreender a travessia.

Foi, assim, desde a criação do Império Romano, ou mesmo um pouco antes disto, que o comércio marítimo do Egito com a Índia tomou a grande extensão, que continuava apenas na época de Plínio. E' a êste tempo que remonta, segundo tôdas as possibilidades, a pesquisa cujas etapas foram resumidas por Plínio e que objetivavam rotas sempre mais curtas, mais diretas ou mais seguras.

Devemos, então, fazer remontar o comércio do Egito com a Índia bem além de meados do século I a. C., ou seja, até o século precedente. Devemos mesmo perguntar-nos se não se tratava de prática ainda mais antiga.

Antes de mais nada, Estrabão, atestando que no tempo dos Ptolomeus as viagens de mercadores alexandrinos à Índia eram raras, confessa que elas se verificavam. Além disso, e principalmente, as indicações de Estrabão e de Plínio datam as origens do conhecimento que teve o mundo mediterrâneo das rotas marítimas para a Índia, mas não implicam em que elas fôsem, antes disso, completamente desconhecidas.

Os habitantes das margens do Oceano Índico, bem entendido, não tiveram que esperar pela intervenção direta dos mercadores alexandrinos para conhecerem e utilizarem as monções, as quais possibilitam, como nos explica Plínio, a travessia anual dos seus mares, nos dois sentidos, em datas fixas. Por outro lado, não sômente Cilax, enviado por Dario em 519 para explorar o baixo Indo, voltara pelo Egito, mas ainda mais,

(5). — *Geogr.*, II, V, 12.

uma boa parte do comércio árabe, célebre desde o período anterior a Heródoto, supõe um tráfico entre a Índia e o Ceilão, de um lado, entre a Arábia e a África oriental de outro. O cinamomo e a cásia são cascas de árvore odoríferas descritas por Plínio, que as considera como provenientes da mesma região (XII, 41-43) e das quais, pelo menos, uma deve ser identificada à canela. Heródoto (III, 111) transmitira um conto inverossímil a respeito da maneira pela qual os árabes obtinham o cinamomo. Plínio (XII, 42) pôs em destaque que contos desta ordem tinham sido inventados para justificar o aumento de preço das mercadorias, e que, na realidade, o cinamomo e a cásia provinham de uma Etiópia em que as relações matrimoniais com os trogloditas (ou trogoditas) eram muito freqüentes, que estes transportavam os produtos através de vastos mares até a região dos gebanitas (povo da Arábia meridional, VI, 32, 11), em cujas mãos encontrava-se todo o comércio das especiarias (XII, 42, 3 e 6). A Etiópia em questão não pode ser outra senão a que se encontra próximo ao Egito, a despeito da questão das relações matrimoniais com os trogloditas, ordinariamente localizados na costa ocidental do mar Vermelho, dado que, doutro modo, não haveria vastos mares a atravessar. Ora, a canela é um produto por excelência do Ceilão, da Índia oriental e do sudeste asiático, onde grande parte dos habitantes são etíopes, no sentido amplo de nomens, de pele escura. E' lá que devemos procurar a Cinamomoforia, a região que produz a canela, bem mais do que em Madagascar ou na África meridional, em que a canela existe, mas é mais rara. Tal opinião, aliás, não é nova. Estrabão relata que, segundo alguns autores, os árabes recebiam da Índia a maior parte da casia que exportavam (XVI, 4, 25). A Cinamomoforia é clara e constantemente distinguida de Taprobana ou Ceilão, mas jamais foi geograficamente conhecida de maneira exata, representando, sem dúvida, todo o conjunto das regiões produtoras de canela do Extremo-Oriente e especialmente Ceilão, não só por ser esta ilha a principal destas regiões, mas também por serem idênticas muitas das características atribuídas pelos geógrafos às duas regiões. A Cinamomoforia e Ceilão estão, para Estrabão, na mesma latitude (II, 1, 14) e, ao passo que a Cinamomoforia é a última terra habitada na direção do sul (II, 1, 13), Plínio acentua que Taprobana foi durante muito tempo considerada como um outro mundo, chamado o dos **Antichthones** (VI, 24, 1), isto é, um continente que contrabalança o mundo conhecido. E' então provável que Taprobana e Cinamomoforia sejam a mesma coisa, ainda que os dados an-

tigos a elas relativos não tenham sido ligados entre si. O próprio traço dos casamentos entre os trogloditas e os etíopes da região de produção do cinamomo pode explicar-se, no caso destes etíopes serem indús ou singaleses. E', hoje em dia, frequente que os indús, regularmente comerciando, graças à monção, com a Arábia do sul e regiões circunvizinhas, onde passam vários meses do ano, tomem mulher nestas regiões. Tal hábito pode remontar à Antigüidade. Mas, neste caso, os casamentos em questão teriam sido mais os dos trogloditas na Índia ou no Ceilão, ou mesmo na Indochina, do que os de indús nas paragens árabes, porque, segundo Plínio, eram os trogloditas que transportavam o cinamomo através de seus mares. Veremos, além do mais, que um detalhe, ainda fornecido por Plínio, e segundo o qual os mercadores de cinamomo transportavam, como carga de retorno, jóias e vidrarias, parece estar corroborado pelas descobertas arqueológicas feitas no sul da Índia e na Cochinchina.

Nestas condições, há ampla margem para crer-se que o intercâmbio entre o Egito e a Índia, empreendido por mercados de Alexandria no momento dos inícios do Império Romano, continuava e fazia concorrência, ou suplantava um tráfico desde muito tempo estabelecido, mas reservado aos marinheiros das paragens da Arábia. Foram êles, sem dúvida, que serviram de guias aos primeiros elementos do mundo mediterrâneo que se aventuraram por êstes mares, assim como, mais tarde, um piloto árabe guiou Vasco da Gama. Não é mesmo para excluir-se a hipótese de que indús e singaleses tenham participado das grandes navegações da Índia em regiões do Ocidente. Os textos budistas, conforme foi pôsto em destaque por Silvain Lévi (6), aludem com bastante frequência ao grande comércio marítimo indú, e Plínio recolheu dados relativos aos marinheiros indús. Indica êle (VI, 24, 3) que os singaleses navegavam em navios com 2 proas e de tonelage de 3.000 ânforas, isto é, **grosso modo**, de 75 toneladas, sem observar os astros (o polo setentrional, aliás, não era visível) e levando consigo pássaros que eram soltos em dados momentos, cujo vôo era seguido em direção à terra firme. Acrescenta lançarem-se êles ao mar apenas durante 4 meses no ano, abstendo-se disto durante os cem dias seguintes ao solstício do verão. Tais dados são, na sua maior parte, passíveis de confirmação. Os navios de 2 proas são ainda de uso corrente na

(6). — *Les marchands de mer et leur rôle dans le bouddhisme primitif*, in *Bulletin de l'Assoc. franç. des Amis de l'Orient*, outubro de 1929, pp. 19-39.

Índia do sul, se bem com tonelagem bastante reduzida. E' exato que o polo setentrional esteja bem baixo em relação ao horizonte. Há, certamente, um exagêro na afirmação de que os astros não eram observados, uma vez que sabemos, por intermédio de tôda a antiga literatura indú, a importância que lhes era atribuída. Em compensação, é ainda exato que os marinheiros singaleses se tenham utilizado de pássaros pilotos (**tíradassî sakunâ**) para poderem saber se estavam próximos a uma costa e em que direção esta se encontrava. Quando a distância era muito grande, os pássaros voltavam ao navio. Sabêmo-lo por uma alusão de um texto do cânon budista pali do Ceilão, o **Kevaddhasutta (Dîghanikâya, 11)**. A interrupção da navegação durante os cem dias imediatamente posteriores ao solstício do verão corresponde à estação das chuvas com violentas tempestades.

Os dados de Plínio são válidos para o período que precedeu o reinado de Cláudio (41 a 54), uma vez que Plínio os classifica entre os que se possuíam anteriormente à vinda da embaixada singalesa no tempo de Cláudio, após uma viagem feita acidentalmente ao Ceilão por um liberto do arrendatário dos lucros comerciais do mar Vermelho. A indicação coincidente do cânon pali é sensivelmente válida para a mesma época. Mas sabemos pelas crônicas singalesas (**Dîpavamsa, Mahâvamsa**) que, a partir dos últimos séculos anteriores à era cristã, os tâmul da costa de Coromandel desembarcaram frequentemente em Ceilão exércitos capazes de conquistar uma grande parte da ilha, o que supõe a construção de frotas já consideráveis, como êles próprios as possuíram mais tarde, nas rotas marítimas da Indochina e da Indonésia. Não é, então, impossível que os marinheiros indús do sul e de Ceilão tenham participado das navegações para o oeste com os árabes, antes que o mundo mediterrâneo tenha encontrado o caminho para as suas regiões.

De qualquer maneira que seja, no tempo de Plínio, e provavelmente desde o momento em que Estrabão relata serem enviadas anualmente cento e vinte embarcações comerciais para a Índia, o comércio marítimo com o Egito e a bacia mediterrânea fazia com que fôsem carreados para a Índia cinquenta milhões de sestércios (Plínio, VI, 26, 6), ou seja, a metade da soma total absorvida pela Índia, Sérica e Arábia (XII, 41, 2), em troca dos produtos destas regiões. Êste detalhe prova que o Ocidente importava muito mais do que exportava e tem fornecido, desde muito tempo, uma explicação

para os freqüentes achados de ouro romano na Índia e para as manifestas influências exercidas pela moedagem romana sobre a dos soberanos indús. Textos indús, entretanto, de acôrdo com o **Périplo do mar Eritreu**, bem como outros dados de Plínio (7) atestam que as importações de mercadorias ocidentais não estavam ausentes das trocas comerciais. Estes textos indús foram recentemente estudados por Meile (8) e mostram que não somente numa época que remonta ao início da era cristã, certos gêneros mediterrâneos, como o vinho, eram célebres na região tamul, mas ainda mais, que os navios dos gregos eram bem conhecidos por freqüentarem portos do Malabar, entre os quais Muciri (em grego Muziris, modernamente Cranganor), e que mesmo os mercenários yavana, “mediterrâneos”, eram reputados na Índia do sul.

Segundo o itinerário indicado por Estrabão, a grande via comercial passa pelo Nilo e mar Vermelho, com ponto de embarque em Miosormos e escala em Coptos (II, 5, 12 e XVI, 4, 24). O caminho descrito por Plínio é mais detalhado e um pouco diferente, indicando uma escala na Arábia. A rota passa de Alexandria a Juliópolis, em seguida, pelo Nilo, a Coptos em doze dias, de Coptos ao pôrto de Berenice, no Mar Vermelho, igualmente em doze dias, de Berenice a Ocelis da Arábia em trinta dias, finalmente, de Ocelis a Muziris em quarenta dias. Eram necessários, nestas condições, no total, pouco mais de três meses para ir-se de Alexandria ao Malabar e, fazendo-se o embarque em Berenice no momento da canícula, a volta verificava-se antes dos idos de janeiro. Assim sendo, a estada na Índia não podia ir além de um ou dois meses. A brevidade desta permanência dá margem à suposição de que as mercadorias indús, destinadas à carga da frota, eram reunidas de antemão nos pontos que o **Périplo** designa como portos “designados” para tal finalidade pelas autoridades regionais.

Jouveau-Dubreuil (9), apoiando-se parcialmente em E. H. Warmington, supôs que verdadeiras barracas ou feitorias romanas fôsem instaladas nos portos em questão, com funcioná-

(7). — Por exemplo, Plínio (XXXII, 11, 3) indica que o coral é exportado para a Índia, e em tal quantidade que passa a ser raro no Império Romano. Não era, neste caso, a ausência das exportações romanas, mas a enormidade das importações indús que tornava a balança romana deficitária na medida indicada por Plínio.

(8). — *Les Yavanas dans l'Inde tamoule*, in *Journal Asiatique*, 1940, pp. 85-123.

(9). — *Dupleix ou l'Inde conquise*. Pondichéry, 1941, pp. 26-29, e *Les ruines romaines de Pondichéry*, *Bull. Éc. fr. d'Extr.-Or.* 1940, t. XL, fasc. 2 (Hanoi, 1941), pp. 448-450.

rios oficiais romanos lá ficando de maneira permanente e recebendo ordens do Ocidente. Apresentou, em favor de seu ponto de vista, que aquilo que êle chama uma “loja romana” encontra-se mencionado no poema tãmul do **Silappadigãram**, em Kaviripatnam, na costa de Coromandel, sob o nome de **yavanarirukkai**. Observou também que, como pensou Sewell, moedas romanas de cobre e de valor muito pequeno, encontradas na costa de Coromandel, devem ter sido cunhadas na Índia e não para lá levadas, como se verificava certamente com as moedas de metal precioso, e isto daria margem a supor-se terem existido estabelecimentos romanos análogos aos das Companhias das Índias nos tempos modernos.

Parece, todavia, que Jouveau-Dubreuil foi muito longe. Interpretou êle muitas passagens de Ptolomeu de forma completamente abusiva. Quando Ptolomeu escreve, por exemplo (VIII, 1, 86): Πουνάτα ἐν ἡ βήρυλλος “Pounatta onde se encontra o berilo”, êle assim entende: “P., feitoria em que exploramos minas de berilo”. Ora, a presença de mercadores e, sobretudo, de funcionários oficiais do Império Romano, com permanência contínua nos portos, não era indispensável à compra de mercadorias e à constituição de estoques destinados à exportação. Os mercadores indús tinham demasiado interêsse em receber o ouro romano em troca de seus produtos, para estarem êles mesmos prontos a preparar os carregamentos dos navios do **yavana**. Se comerciantes estrangeiros estivessem, permanente ou periodicamente, estabelecidos em portos indús, normalmente ser-lhe-ia atribuído um bairro de residências particulares. Isto era exigido pela separação, na vida social, de castas, das quais uma era por êles constituída, sem que isto implicasse em possuírem “concessões” autônomas ou domínios territoriais adquiridos à maneira dos estabelecimentos europeus nos tempos modernos. Uma outra hipótese relativa a um estabelecimento dos **yavana** já fôra feita, mas Meile demonstrou que ela não se impunha, de maneira alguma (10). De mais a mais, não é impossível que a pequena moeda romana de cobre tenha sido levada de Roma ou do Egito. Muitas pequenas transações comerciais efetuaram-se sempre na Índia a preço muito baixo; ora, esta moeda podia ter um valor suficiente para ser importada e para substituir muitas vêzes os búzios correntemente empregados e de valor ainda menor. Não é certo, assim, que os romanos cunhassem moeda na Índia. Por outro lado, se as moedas em questão foram cunhadas lá, po-

(10). — L. c., pp. 118-123.

dem tê-lo sido pelos próprios indús. Temos numerosos exemplos em numismática indú de cunhagem executada de acôrdo com modelos estrangeiros, sem que tivesse havido interferência de pessoas estrangeiras. Da mesma forma, os achados de tesouros romanos em vários pontos da Índia não constituem prova, ao contrário do que pensa Wheeler (11), da penetração de comerciantes ocidentais. São bem prováveis suas viagens pelo interior, mas o ouro que pagava as mercadorias devia, mesmo sem sua presença, ir parar às mãos dos comerciantes que enviavam tais mercadorias à costa para lhas entregar.

Nada devemos concluir, então, por agora, com referência ao estatuto relativo aos mercadores do Império Romano em portos indús, partindo apenas dos dados que estão à nossa disposição. Considerando-se que o comércio da Índia com o Ocidente já estava estabelecido antes que pudessem dêle tirar proveito sem intermediários, não há margem para supor-se que êles tenham feito muito mais do que vir carregar seus navios nos entrepostos preparados e aumentar a atividade dêstes entrepostos, sem necessidade de organizá-los ou administrá-los. No tempo em que Plínio nos diz fazerem êles diretamente a viagem da Índia, as mercadorias lhes eram simplesmente levadas aos mercados por êles freqüentados; disto nos dá testemunho a indicação de Plínio, segundo o qual a pimenta lhes era levada no pôrto de Barace em chalupas “monóxilas” que, certamente, não eram embarcações romanas (VI, 26, 10); não temos o direito de afirmar sua participação neste tráfico noutro papel além do de clientes.

O estudo das rotas terrestres e fluviais do comércio indú mostra, de um lado, que a atividade dêste comércio dependia da produção indú, bem mais do que espirito de empreendimento dos mercadores ocidentais, uma vez que sabemos que os produtos da Índia atingiam a bacia do Mediterrâneo por estas vias terrestres e fluviais, sem que os mercadores ocidentais fôsem buscá-las no local de origem. Antes de tudo, é sabido que muitas destas mercadorias eram encaminhadas graças a caravanas que passavam por Petra e a Arábia Nabateana, ou por Palmira, bem antes da intervenção dos romanos. Para chegar a êstes grandes entrepostos dispunham elas de muitos caminhos, a partir da Índia. Eram inicialmente levadas por

(11). — L. c., p. 19 — A moeda romana deve ter sido levada principalmente por gregos; o nome do *denarius* passou, efetivamente, em sânscrito, para algumas obras budistas do norte sob a forma *dinâra* que corresponde à pronúncia grega *i* de η , mas isto corresponde à grande voga da moeda romana, não implicando numa instalação na Índia de gregos funcionários do Império Romano.

mar a Leucecômé, no mar Vermelho, donde eram transportadas para Petra e em seguida para Rinocolure, no Mediterrâneo. Esta rota, no momento da expedição de Élio Galo à Arábia (23 a. C.), sofria a feliz concorrência da via marítima que chegava a Miosormos (Estrabão, XVI, 4, 24). Um outro caminho atravessava a Arábia, do gôlfo Pérsico à Arábia Nabateana. Na direção de Palmira convergiam as rotas que atravessavam a Mesopotâmia e a Arábia. Já na época dos Aquemênidas as mercadorias indús passavam pelos caminhos terrestres através das regiões iranianas e mesopotâmicas, para chegar às mãos dos gregos. Em um tratado hipocrático, que pode ser, é verdade, um pouco posterior à queda dos Aquemênidas, a pimenta é mencionada sob o nome de *πεπερι*, dado como persa (**A respeito das doenças das mulheres**, 205) e que na realidade é indú (**pippali**), o que prova que o produto atingia os gregos por intermédio dos persas.

Por outro lado, nossas fontes habituais, Estrabão e Plínio, indicam uma rota do norte, pela qual as mercadorias indús chegavam facilmente ao Ocidente antes do estabelecimento do comércio imperial. Estrabão (II, 1, 5) indica que o Oxus, separando a Bactriana da Sogdiana, passa por ser tão facilmente navegável, que as mercadorias da Índia por êle chegam sem dificuldades até às regiões do Cáspio, donde são levadas por via fluvial ao Ponto Euxino. Plínio determina com precisão que, segundo Varrão, fêz-se o reconhecimento, sob Pompeu, durante a guerra de Mitridates, ou seja, em 66 a. C., de que as mercadorias da Índia levavam 7 dias para chegar, através da Bactriana, às margens de um afluente do Oxus; que podiam, uma vez tendo chegado ao Cáspio, subir o Ciros para, em seguida, transportadas por terra durante cinco dias, chegar ao Fasis, que desemboca no Ponto Euxino (VI, 19, 2). E' evidente que, em semelhante período, êste tráfico não podia ser organizado pelos comerciantes romanos, tanto mais quando Estrabão, repetindo no livro XI os dados do livro II, indica-nos remontarem êles a Aristóbulo e a Patroclo, ou seja, à época da Alexandre (XI, 7, 3) (12).

Mas é certo que tôdas estas rotas continuaram a ser frequentadas no tempo do Império Romano e que contribuíram para multiplicar as trocas comerciais com a Índia.

(12). — Vê-se por tudo isto a inaceitabilidade da opinião de Rostovtzeff, *The social and economic History of the Roman Empire*. Oxford, 1926, p. 173 (adotada por M. Ghirshman, citado abaixo), segundo a qual não teria existido o comércio com a Índia sem os mercadores alexandrinos.

E' bem conhecida nossa, agora, graças a uma monumental e recente publicação de Foucher (13), a rota entre a Bactriana e a Índia. Sabemos que ela drenava, não apenas mercadorias do noroeste da Índia, mas de tôda a região, estando a Bactriana ligada por meio das vias usuais com os portos do oeste, ao sul das bôcas do Indo, de tal modo que, por estas rotas, a via terrestre e fluvial que passava pela Bactriana ligava-se à via marítima que chegava aos mesmos portos (14). Assim sendo, quando acontecia ser cortada a rota terrestre transiraniana, como o foi freqüentemente durante as lutas entre o Império Romano e os partas ou os sassânidas, podia-se chegar à Bactriana pelo Oceano Índico, o Sindh e o Panjâb. Quando, sob Antonino-o-Pio (138-161) embaixadores hircânios procedentes das margens do Cáspio pretenderam regressar ao seu país, pediram para embarcar no mar Vermelho, pois queriam evitar o território parta (15).

Todos os nossos dados certos a respeito das vias que ligavam a Índia e o Império Romano mostram-nos já se acharem elas estabelecidas desde antes da fundação dêste Império, estendendo-se tanto por via terrestre como por via marítima, pelo norte, pelo centro e pelo sul do Oriente Médio.

OS ACHADOS ARQUEOLÓGICOS.

A arte greco-budista do Gandhâra, tôda ela, nos dá testemunho da considerável soma de elementos que o mundo greco-romano legou à Índia do noroeste.

Assim como foi estabelecido por Foucher na sua obra clássica (16) e na sua *Vieille route de l'Inde* (17), esta arte nasceu ao sul do Hinducuxe, na região de Peshavar, na época dos últimos reis indo-gregos, antes de continuar e de florescer durante muito tempo sob os indo-citas, após o advento da era cristã. Alguns autores querem, entretanto, reduzir ao mínimo o papel da herança indo-grega na arte greco-budista, para fazer dela essencialmente o produto das influências romanas na época dos indo-citas (18). Nesta última hipótese, a influência dos

(13). — A. Foucher, *La vieille route de l'Inde de Bactres à Taxile*, in *Mém. Dél. Arch. fr. en Afgh.*, t. I. Paris, 1940-1947 (2 vols.).

(14). — *Ibid.*, pp. 221, 238, n.º 5, 327.

(15). — Cf. L. Ghirshman, *Begram*, in *Mém. Inst. fr. d'arch. or.*, t. LXXXIX, e *Mém. Dél. Arch. fr. en Afgh.*, t. XII. Le Caire, 1946, p. 128, citando Tácito, *Ann.*, XIV, XXV.

(16). — *L'art gréco-bouddhique du Gandhâra*, Paris, 1905-1922.

(17). — *Vieille route...*, pp. 306 e ss., 337.

(18). — Cf. L. Bachhofer, *On Greeks and Sakas in India*, in *J. Am. Or. Soc.*, 61, 4, dezembro 1941, p. 228; R. Ghirshman, *Begram*, pp. 83-84.

objetos de arte e dos artistas do Império Romano, vindos pelas rotas comerciais, teria sido suficientemente grande para criar por si mesma, nos séculos I e II, uma arte profundamente helênica na Índia, sob o patrocínio de invasores iranianos da Ásia central. Há nisto, sem dúvida alguma, uma dose de exagero. Nos séculos I e II, a principal rota de intercâmbio era a do sul, que chegava aos portos da Índia de oeste, então sob o domínio dos indo-citas ou de seus sátrapas. A influência artística greco-romana, passando por aí, devia ter-feito sentir em tôdas as regiões percorridas até chegar ao Gandhâra. Compreende-se facilmente, ao contrário, que ela tenha frutificado principalmente no Gandhâra, desde que lá já se houvesse formado, graças à dominação dos indo-gregos, uma arte de inspiração helênica suscetível de ser revivificada. E' verdade que na rota terrestre, em Palmira, encontram-se traços característicos da arte greco-romana e greco-budista que constituem uma ilustração ao fato de ser Palmira uma das etapas, numa das rotas de intercâmbio entre o Gandhâra e o Império Romano (19). Nem por isso deixa o florescimento da arte greco-budista no Gandhâra, e não em outra região, de ser bem explicado, a não ser pela existência de um foco helênico pré-estabelecido que, lá somente, lhe preparava um terreno propício.

Seja como fôr, as comunicações com a Índia expandiram a arte greco-romana nesta região, a tal ponto que os chineses notaram, nos **Anais dos Han posteriores**, estar a Índia em contacto com o Ta-t'sin (ou Império Romano), e que lá se encontravam objetos preciosos dêste Ta-t'sin (20). Tais comunicações fizeram também com que a Itália conhecesse produtos da arte indú. Um marfim encontrado em Pompéia (21) foi identificado por Foucher como sendo análogo a alguns seus similares descobertos no decorrer das excavações arqueológicas de Hackin, no Bégrâm (isto é, na cidade arruinada) de Kâpiçî, no sul do Hinducuxe, ao mesmo tempo que objetos de proveniência síria (22). Desde que foi encontrado em Pompéia, o marfim — um cabo de espelho — chegou à Índia antes do ano 79. Mas, enquanto que era encontrada na Itália esta prova da vinda de objetos indús no século I, excavações realizadas na Índia do sul revelavam que assim como no Gan-

(19). — H. Seyrig, *Ornamenta palmyrena antiquiora*, in *Syria*, 1940, pp. 289-291.

(20). — Cf. E. Chavannes, *T'oung Pao*, 1907, p. 193. — Ghirshman, *Begram*, pp. 134-135.

(21). — Amedei Maiuri, *Statuette eburnea d'arte indiana a Pompéi*, in *Le Arte*, dezembro-janeiro 1938, p. 111, pl. XLII-XLV.

(22). — *La vieille route...*, p. 327.

dhâra, objetos italianos chegavam com facilidade na mesma época.

Um pouco ao sul de Pondichéry, o rio Ariancupam joga suas águas ao mar, ao norte da aldeia litorânea de Virapatnam ou Virampatnam (Virapattanam) após ter deixado na sua margem direita, a sudeste, os burgos de Ariancupam e de Kakayentope. Entre Kakayentope e a embocadura, o rio, perdendo sua direção geral oeste-este, inflete para o norte-nordeste antes de tornar a se dirigir para o oriente e para o Oceano. Deixa êle, assim, entre si mesmo e a costa, uma faixa de terra de um quilômetro de largura e de 1.200 metros de comprimento, que constitui a região interior de Virapatnam. A margem infletida é achatada, recoberta de coqueiros e de mangueiras, mas elevada, escarpada e corroída pelo rio. Na escarpa minada pelas águas descobrem-se hoje em dia, à maneira de um corte arqueológico, as ruínas bastante extensas de uma cidade antiga. Tais ruínas foram assinaladas e sumariamente estudadas, no século XVIII, pelo astrônomo Le Gentil, que residiu em Pondichéry de 1761 a 1769, aproveitando a oportunidade para fazer numerosas observações importantes sobre a região (23). Le Gentil apenas obteve dos habitantes das vizinhanças a indicação de que as ruínas deviam ser as de um forte de um Rajá chamado **Vira-Raguen** (Virarâcan), e tais habitantes davam à cidade o nome de **Virapatnam**. Tal nome é, então, o mesmo que foi conservado pela aldeia costeira da vizinhança. Significa êle “cidade dos Heróis”, ou “do Herói”, e sofremos a tentação de admitir que a cidade soterrada legou êste prestigioso nome ao modesto estabelecimento moderno que ainda o mantém, tanto mais quanto **pattanam** designa normalmente, não uma aldeia, mas uma grande cidade. Le Gentil notara também que, na planície de Virapatnam, encontrava-se uma grande estátua de granito, meio enterrada, que não representava divindade alguma dentre as veneradas na região, mas assemelhava-se à imagem do **Sommonacodum** dos siameses e era chamada **Bauth**. Tal estátua, hoje em dia desenterrada, continua no seu lugar a alguma distância do rio, um pouco para cima das ruínas. Trata-se de uma estátua budista, como o indicava o nome de **Bauth** (**bauttan**, budista) e como bem o vira **Le Gentil**, uma vez que **Sommonacodum** (**Samana Gotama**) é precisamente o Buda. Abandonada no século XVIII, recebeu ela um culto regular no século XIX, sendo ainda constantemente cultuada hoje em dia. Há cem anos celebrava-se

(23). — *Voyage dans les mers de l'Inde...*, Paris, 1779.

anualmente uma festa especial, chamada de Vîrapatnam, e em tôdas as sextas-feiras eram feitas oferendas em honra de **Bauth** (24). O epíteto de Vîra “herói” é por vêzes atribuído ao Buda, podendo-se supor que, no nome de Vîrapatnam, designa êle o Buda, o que não seria inconciliável com a noção de que Vîrarâcan tenha sido um rei, dado que o Buda era de linhagem real. A presença desta estátua, bem como o nome da cidade e da planície ribeirinha em que se encontram as ruínas e a estátua, poderiam estar ligadas entre si. Acontece, entretanto, que o fundador do jainismo, da mesma forma que o Buda e mais habitualmente que êle, é também chamado Vîra. De qualquer maneira, a estátua é muito menos antiga que as ruínas, as quais, como vamos ver, remontam ao século I da era cristã, e nada podemos concluir a respeito da natureza destas ruínas, nem do nome de Vîrapatnam, cuja antigüidade ignoramos, nem da presença da estátua budista. Uma tradição local, aliás, vivente hoje em dia, fornece-nos uma outra pista para a identificação do “herói” de Vîrapatnam. Como pretendeu indicar S. Kichenassamy, narra-se ainda na região a história de um príncipe que lá se foi estabelecer e cujo nome era o de Maduraivîran, o “Herói” de Madurai. Existe mesmo uma história dêste herói (**Maduraivîrarkadai**), a qual ainda não me foi dado ler, mas o herói em questão, se é êle de Madurai, deve ser um príncipe da dinastia dos Pândiyar (25) sem relação com o Buda ou o Jina. Era manifestamente neste herói que pensavam os informantes de Le Getil, quando lhe falavam de **Vira-Rauguen**.

Foi a partir de 1937 que a antigüidade e a importância do local foram reconhecidas pelo saudoso Jouveau-Dubreuil e pelo R. Fr. Faucheux, após terem sido encontrados restos de pedras e de vidros na margem, por cima das ruínas. Diversas escavações foram empreendidas depois disso, sucessivamente pelo R. Fr. Faucheux, por Surleau e por P. Z. Pattabiramin, em seguida por Mortimer-Wheeler, por conta do **Archaeological Survey of India** e, finalmente, por Marchal e Casal, especialmente enviados de Paris para esta finalidade.

(24). — E. Sicé, *Annuaire statistique des établissements français dans l'Inde pour l'année 1842*. Pondichéry, 1842, pp. 59, 65 e 128.

(25). — Seria indubitavelmente por demais ousado, identificar-se êste Pândiyar (singular de Pândiyar) com o Pandion que enviou uma embaixada a Augusto (Estrabão, XV, 1, 4 e 73) e cujo nome se quis arbitrariamente alterar para Poros. De qualquer maneira, a idéia deve ser retida, dado ser Pandion o nome que transcreve Pândiyar (cf. Plínio, VI, 26, 10; Ptolomeu, VIII, 1, 11; Per., 54, 59), e é possível que as relações de Virapatnam com Roma tenham dado lugar a uma embaixada de um Pândiyar.

Os resultados das primeiras excavações foram publicados sucessivamente pelo R. Fr. Fauchaux (26), por R. E. Mortimer-Wheeler (27) e P. Z. Pattabiramin (28), abrangendo a publicação de Wheeler, além dos resultados propriamente ditos da missão do **Archaeological Survey**, uma parte dos quais foram obtidos pelas excavações francesas.

O nome dado ao local nestas diversas publicações deve reter nossa atenção por um instante. Jouveau-Dubreuil o chamou Kakayentope (29), segundo o nome da aldeia mais próxima. Fr. Fauchaux manteve a designação de Vîrapatnam, recolhida por Le Gentil, e contestou a autenticidade de Arikamedu, que não figura no cadastro, ignorada, segundo êle, por todos, inclusive o proprietário do terreno, e que teria resultado de um mal-entendido do intérprete. De fato, a própria forma do nome Arikamedu está muito mal firmada. Jouveau-Dubreuil escrevia **Arikêmodu** (30). K. R. Srinivasan (31) propôs **Arukkumêdu, mound of ruins** ou **Arukmêdu mound of a river bank**. E é possível que o intérprete, interrogando os habitantes, tenha tomado uma expressão dêste gênero por um verdadeiro topônimo. A carta da África está cheia de pretensos nomes geográficos que são repostas ao lado da pergunta e que significam: “é uma montanha” ou “nada sei disso”, etc... **Arikamedu**, que é uma forma ininteligível em si mesma, é interpretada por Pattabiramin (32) como uma alteração de **Arugamêdu** “a colina de Arugan”, Arugan (sânscrito **arhant-**) podendo ser o Buda ou o Jina. Mas parece-nos inútil querer-mos concluir a respeito de uma designação tão incerta. Wheeler adotou-a erradamente, dizendo que para os aldeões o local é conhecido como sendo Arikamedu e que tal nome pode ser tão bem aceito como qualquer outro (33). É verdade que o sítio é chamado hoje em dia Arikamedu por todos os habitantes, mas não está provado que êles o denominassem assim antes de se fazerem as excavações e êste nome não pode certamente ser aceito da mesma forma que o de Vîrapatnam, cuja

(26). — *Une vieille cité indienne près de Pondichéry, Vîrapatnam, Pondichéry*. 1945.

(27). — *Arikamedu: an Indo-Roman trading-station on the East coast of India, in Ancient India*, n.º 2, julho, 1946.

(28). — *Les fouilles d'Arikamedou (Podouke)*, Pondichéry. Paris, 1946.

(29). — *Dupleix ou l'Inde conquise*, 2a. edição, Marselha, 1942, p. 21.

(30). — *Les ruines romaines de Pondichéry*, in *Bull. Éc. fr. d'Extr.-Or.*, 1940, fasc. 2, p. 448.

(31). — Citado por R. E. M. Wheeler, *Ancient India*, n.º 2, julho 1946, p. 24, n. 6.

(32). — *L. c.*, pp. 5-6. — Pattabiramin indica ter chegado a esta conclusão de acordo com numerosos eruditos, cuja lista nos dá às páginas VII-VIII.

(33). — Wheeler, p. 21. — Wheeler excluiu o nome de Vîrapatnam até mesmo no título da publicação de Fr. Fauchaux.

autenticidade não suscita dúvidas. Não só, com efeito, Vîrapatnam é o nome indicado no século XVIII a Le Gentil, melhor se adaptando a uma grande cidade desaparecida do que à aldeia dos arredores que ainda hoje o tem, mas, sobretudo, o nome sempre foi aplicado, desde o século XVIII, a todo o local. Um seminário das missões estrangeiras, cujas ruínas existem ainda a alguns passos dos lugares de excavação, construído em 1770 e que foi ilustrado pela residência de Pigneau de Béhaine, bispo de Adran, sempre foi conhecido sob o nome de seminário de Vîrapatnam (ou Virampatnam) (34). A estátua de Buda, levantada alguns metros acima do curso do rio, era considerada no século passado como divindade de Vîrapatnam (35).

As construções descobertas em Vîrapatnam são, como já o notara Le Gentil, formadas por grandes tijolos ligados sem argamassa com terra chamada, como nos diz êle, **caliment**, termo em que devemos forçosamente reconhecer o tamul **kali-man**, "terra de tijolo". Um edifício bastante grande foi descoberto por Wheeler, que o considera como sendo um entreposto. Os poços são numerosos, freqüentemente agrupados em espaços bastante pequenos. Tinham as paredes sustentadas por enormes potes redondos e sem fundo, encaixados uns nos outros. Mas os achados mais importantes são os que se referem a pequenos objetos e fragmentos de cerâmica. Os mais numerosos dentre os pequenos objetos são pérolas de vidro ou de pedras semi-preciosas (cornalina, ágata, jaspe, grená, quartzo, falsa ametista, falso topázio). Um engaste de anel em cornalina, sôbre o qual se encontra gravada a efígie de Augusto, foi recolhido em maio de 1939 por Golubew, em missão da Escola francesa do Extremo-Oriente. Muitos dos principais espécimes de pérolas de vidro foram entregues por Jouveau-Dubreuil ao museu de Madras (36). Os achados de rebolos, pedras de moer e polidores de granito e de pedras brutas, de **nuclei** e de pedras apenas clivadas, ao lado de pedras completamente trabalhadas, provam-nos que a atividade dos lapidadores exercia-se no próprio local (37). Algumas figurinhas de terracota e alguns objetos de esteatita foram recolhidos.

(34). — Louis Malleret, *Le séminaire de Virampatnam, résidence de l'évêque d'Adran près de Pondichéry*, in *Bull. de la Soc. des Étud. indochinoises*, 4.º trimestre, 1943.

(35). — E. Sicé, *Annuaire statistique...*, 1842, pp. 59 e 129.

(36). — Cf. Pattabiramin, p. 39 e pl. XXXI.

(37). — *Ibid.*, pp. 38 e 39.

Os fragmentos de cerâmica, principalmente, são preciosos. Restos de ânforas encontravam-se entre os primeiros achados que revelaram a presença de objetos mediterrâneos. Uma série de fragmentos muito característicos permitiu a Wheeler contribuir com notável exatidão para o estudo arqueológico do local. Não somente alguns fragmentos revelaram-se ao seu exame como sendo de fabricação italiana, mas ainda muitos dêles traziam marcas de conhecidos ceramistas de Arretium (Arezzo na Toscana) (38). O período durante o qual as fábricas de Arretium estiveram em atividade é bem determinado, e isto tornou possível a Wheeler fixar a chegada à Índia das peças cujos fragmentos foram descobertos entre os anos 20 e 54 da era cristã (39), ainda que novas importações romanas tenham continuado a ter lugar durante um longo período posterior a esta época.

Poderia subsistir uma certa dúvida relativa à exatidão desta datação, porque a exportação para a Índia da cerâmica de Arretium não data necessariamente do próprio período de sua fabricação. Não é raro que sejam exportados para longe objetos cujo uso caiu de moda na metrópole. As cerâmicas arretinas poderiam não ter chegado à Índia senão num momento indeterminado, depois de terem saído das oficinas toscanas. Veremos, todavia, que um dado epigráfico parece corroborar a datação de Wheeler.

Um certo número de inscrições foram encontradas, sobretudo durante as excavações francesas (vinte e uma enumeradas no quadro de Pattabiramin, face às páginas 32 e 33). São tôdas compostas na escrita usualmente denominada **brâhmî**, isto é, de **Brahman**, por ser a mais antiga escrita indú conhecida, tendo sido Brahman considerado como aquêle que ensinou aos homens a escrita primordial (40). Trata-se de uma escrita empregada na maior parte dos éditos de Açoca (circa 250 a. C.) através de tôda a Índia, salvo no Noroeste, onde é substituída por uma escrita aramaica adaptada à fonética indú e chamada **kharosthî** ou **kharostri** (41).

Na sua maior parte as inscrições são em língua da região, em tâmul, mas algumas delas são em indo-ariano, no estágio lingüístico médio-indú, ao qual já chegara a língua corrente na Índia central no tempo de Açoca. As que são em médio-indú

(38). — Wheeler, p. 39 e pl. XXIII.

(39). — *Ibid.*, p. 35.

(40). — Cf., últimamente, *Notice des caractères étrangers de l'Imprimerie nationale*, 2a. edição, Paris, 1948, pp. 243 e seguintes.

(41). — Cf. *Notices...*, pp. 235 e seguintes.

dão testemunho de uma influência vinda do norte e o emprêgo em tôdas elas da escrita de Açoca confirma êste testemunho. Acontece que, nas inscrições em tâmul, a escrita de Açoca é adaptada à fonética especial da língua; muitas letras são criadas e correspondem a sons existentes em tâmul, mas não em indo-ariano. O silabário tâmul assim constituído é já, quanto ao número de caracteres, sensivelmente o mesmo de hoje, mas neste último a forma dos caracteres modificou-se bastante. A maior parte dos epigrafistas que examinaram estas inscrições e cujas opiniões foram reproduzidas por Wheeler e Pattabiramin, opinaram deverem elas remontar, em princípio, até aproximadamente o século II a. C., época bastante próxima da de Açoca e, sem dúvida, notavelmente anterior às das cerâmicas romanas encontradas no mesmo local. Mas as opiniões em questão apoiam-se essencialmente na **Indische Palaeographie** de Bühler, que cometeu o êrro de quase não levar em conta a epigrafia do Ceilão.

Ora, temos no Ceilão inscrições que emanam de reis cuja época está fixada de maneira muito aproximada pelas crônicas, e estas inscrições mostram-nos uma prolongada conservação dos caracteres de Açoca nesta ilha. Nada impede então, em princípio, que se admita terem-se os caracteres antigos conservado durante muito tempo, tanto na região tâmul, como no Ceilão. De mais a mais, podemos determinar, ao mesmo tempo, as datas de certas inscrições singalesas em caracteres de Açoca, e descobrir em uma das inscrições de Vîrapatnam um elemento de datação que suprime qualquer desacôrdo entre o dado de ordem arqueológica e a epigrafia do local.

Em duas das mais antigas inscrições do Ceilão, as do rei Gamini Abaya, em Tonigala, encontram-se caracteres que pareceram enigmáticos durante muito tempo, mas que são cifras exprimindo os números 200, 10 e 3 e representando um total de 213. A leitura destas cifras foi comprovada pela comparação de suas formas com as das mesmas cifras nas inscrições da península e na epigrafia sânscrita da Indochina (42). O número 213 corresponde, segundo tôdas as aparências, a uma data contada a partir da introdução do budismo no Ceilão, o que se fêz por iniciativa de Açoca. Sabemos, precisamente, que pelo menos certos acontecimentos eram assim datados no tempo do rei Vattagâmni Abhaya das crônicas, que é o mesmo rei das inscrições de Tonigala. Interpretado dêste modo, o número 213 corres-

(42). — J. Filliozat, *Les inscriptions de Virapatnam*, in *C.-R. Ac. Inscr.*, janeiro 1947, pp. 110 e seguintes.

ponde a 29 a. C. Numa data tão próxima da éra cristã, a escrita de Açoca ainda era, então, usual no Ceilão.

Ora, uma das inscrições de Virapatnam (43), infelizmente mutilada, apresenta na sua parte final 3 sinais, que alguns já quiseram ler como se fôsem letras, mas que, na realidade, são algarismos. Um dêles, o 200, é muito próximo da forma apresentada em Tonigala. Os outros são 70 e 5. O número exprimido é 275. As palavras conservadas antes dêste número não o explicam. E' verossímil pensar-se que se trata de uma data, sem que seja possível afirmá-lo de maneira absoluta. Neste caso, é natural supor-se que tal data possa corresponder à mesma éra adotada no Ceilão em inscrições similares e onde precisamente a data é expressa por um número da mesma ordem de grandeza. Tanto é mais indicado pensarmos nesta éra, quanto a influência da cultura indo-ariana de Açoca exerceu-se ao mesmo tempo sôbre Ceilão e sôbre os reinos tâmuis, como nô-lo indica o segundo édito de Açoca sôbre rochedo. Em tâmul, mas mesclada às inscrições em médio-indú importado do norte da Índia, nossa inscrição em caracteres de Açoca pode utilizar um sistema de datação baseado sôbre a introdução da cultura açoqueana em região tâmul. Esta introdução data, provàvelmente, de 251 a. C., e neste caso a inscrição de Virapatnam de 275 deve datar de 24 a. C. (44). Cai ela, assim, no período calculado por Wheeler como sendo o da importação das cerâmicas de Arretium. Confirma a datação de Wheeler e mostra a inexistência de qualquer desacôrdo entre a epigrafia e a arqueologia de Virapatnam.

Desde a primeira metade do século I de nossa éra chegavam produtos romanos na costa de Coromandel. Mas devemos acrescentar que tal ponto foi ativo ainda durante muitos séculos, pois foram encontrados alguns sinetes inscritos muito mais recentes.

Jouveau-Dubreuil, que, como vimos, considerava a estação arqueológica de Virapatnam como um estabelecimento romano administrado pelos próprios romanos, propôs também sua identificação com a Podukè do *Périplo do mar Eritreu* e de Ptolomeu (45), e mesmo Podukè com Pondichéry. Pondichéry é, efetivamente, uma deformação de **Puduceri**, "Nova aldeia" e, de fato, a fundação de Pondichéry é bastante recente. Mas tal fundação poderia ter tomado um antigo nome, atribuído na An-

(43). — Faucheux, n.º 5, LLL B, encontrada a 21 de março de 1942; Wheeler, n.º 19; Pattabiramin, n.º 5, segunda inscrição dêste número (pl. XXI).

(44). — Cf. Filliozat, I. c., p. 117.

(45). — Cf. Pattabiramin, pp. 40 e seguintes.

tigüidade a uma fundação de natureza semelhante à qual ter-se-ia dado, igualmente, o nome de **Pudu**, “A nova” (sendo **kè** um sufixo grego). Assim sendo, a Pondichéry de hoje teria tido uma predecessora, Podukè, situada quase no mesmo local, na sua função de estabelecimento europeu para o comércio entre a Índia e o Ocidente.

A identificação da estação de Virapatnam com Podukè é assaz sedutora. As paragens em que os antigos localizaram Podukè são as mesmas em que se encontra Virapatnam e as excavações arqueológicas fizeram com que lá se encontrasse tudo quanto se poderia esperar achar nas ruínas de Podukè. A explicação do nome de Podukè como significando “A Nova” parece certa. Quanto à analogia dêste nome com o de Pondichéry, não podemos saber se ela resulta de uma coincidência, dado nada nos indicar que a lembrança de Podukè tenha podido estar ainda viva quando da fundação de Pondichéry.

Em compensação, a hipótese de Jouveau-Dubreuil, inteiramente adotada por Wheeler, segundo a qual estaríamos em presença de um verdadeiro estabelecimento romano, é muito mais contestável. Nada prova, como vimos, que os romanos ou os alexandrinos, não mais que seus predecessores, árabes ou outros, necessitassem da posse de verdadeiros estabelecimentos para poderem comerciar com a Índia.

Encontram-se, é verdade, provas de que os objetos de importação romana eram imitados na Índia. As pérolas e objetos de bijuteria em vidro e em pedras semi-preciosas eram, como dissemos acima, em parte fabricadas ou amoldadas no local. A cerâmica de Arretium foi imitada. Podemos supor então, fàcilmente, que os romanos tenham instalado sucursais de suas próprias fábricas, nas quais dirigissem, em proveito próprio, a mão de obra indú. Tal hipótese é plausível, mas é certo que ela não se impõe. Devem ser levadas em conta, efetivamente, as aptidões comerciais e industriais dos povos da Índia. No noroeste, tinham elas surpreendido os companheiros de Alexandre. Nearco (46) notou com que habilidade êles fabricavam falsas esponjas para seu próprio uso, bem como almofaças e frasquinhos para óleo, à imitação dos que se viam com os soldados gregos.

Os textos budistas, particularmente os de Ceilão, que se referem a situações já amplamente anteriores à éra cristã, fazem inúmeras alusões ao grande comércio e ao artesanato indús. Os povos da região tãmul em que encontra Virapatnam

(46). — Estrabão, XV, 1, 67.

não estavam, com tôda certeza, de maneira alguma atrasados, sob o ponto de vista da civilização e da atividade, quando comparados com os outros povos da Índia. Os três grandes reinos tâmuis que dominavam o extremo sul, isto é, os dos Cera, dos Pândya e dos Cola, já são mencionados como estados independentes por Açoca. Ora, na ordem espiritual, criaram êles bem cêdo uma grande literatura, que jamais cedeu diante da influência prestigiosa da literatura sânscrita e, na ordem material, possuíram considerável poderio, como nos prova a frequência de suas conquistas do reino indo-ariano do Ceilão, desde antes da era cristã. Tudo nô-los mostra bastante prósperos e bastante ativos para que não sejamos naturalmente levados a pensar terem êles dominado o comércio de seu país com o Império Romano, criando por si mesmos uma indústria de imitação dos objetos de luxo importados do mundo mediterrâneo.

Semelhante indústria atesta a maneira pela qual tais objetos eram apreciados, mas em virtude de sua existência devia ser reduzida a solicitação dos modelos importados, ou seu preço devia baixar, o que impedia que os romanos pudessem continuar a pagar as especiarias com mercadorias. Isto pode explicar, em parte, a queixa de Plínio relativamente à grande quantidade de ouro exigida anualmente pelo comércio com a Índia, apesar da remessa de objetos romanos, principalmente se a indústria de imitação estava realmente em mãos de indús.

De qualquer maneira, o achado de objetos romanos de bijuteria, particularmente de pérolas e enfeites de vidro e de pedras, evoca a lembrança da informação de Plínio que já pusemos em destaque e segundo a qual os mercadores levavam enfeites, especialmente vidrarias, em troca de canela para a Cinamomoforia. E isto vai fortemente em apóio da identificação desta Cinamomoforia com as regiões dos mares índicos.

Achados feitos na Cochinchina, mais recentes que os de Virapatnam, permitem-nos estender à Indochina as conclusões às quais fomos conduzidos relativamente ao comércio do Império Romano com a Índia.

As excavações da Escola Francesa do Extremo Oriente, praticadas em 1944 por Louis Mallert, em Oc-éo, no Transbasac cochinchinês (47), mostraram, não só que a Baixa-Cochin-

(47). — Cf. G. Coedès, *Fouilles en Cochinchine. Le site de Go Oc Eo, ancien port du royaume de Fou-nan*, in *Artibus Asiae*; X-3. Ascona, 1947; pp. 193 e seguintes. — *Cahiers de l'Éc. fr. d'Extr.-Or.*, n.ºs 38, p. 39; p. 5; 40, p. 12; supl. G, p. 13.

china não era, como se acreditara durante muito tempo, uma terra sem passado e sem vestígios arqueológicos importantes, mas também que o comércio de todo o Oriente aí estivera em atividade. Além de um cabuxão sassânida e de um fragmento de bronze chinês, foram lá encontrados pastas de vidro, entalhes e moedas romanas (notadamente uma de Antonino-o-Pio), da mesma forma que numerosas jóias indús de ouro e de outros metais e sinetes indús com inscrições sânscritas. O conjunto dos objetos recolhidos pertence a uma época um pouco mais recente do que os principais achados de Virapatnam e pode mesmo chegar ao século VIII, aproximadamente. Daquele ponto podiam também ser exportadas para o Ocidente as especiarias, em troca das quais eram recebidos ouro e enfeites romanos. Temos o direito de pensar que as regiões indo-chinesas, em que a canela sempre foi objeto de um notável comércio, regiões situadas mesmo mais ao norte que Oc-éo, em que a canela não existe, faziam ainda parte da lendária Cinamomoforia. Se isto é verdade, o afastamento em que se encontra esta região justifica de maneira tôda especial a asserção recolhida por Plínio, de que vastos mares deviam ser percorridos para que fôsse atingida a Cinamomoforia e que os mercadores de lá retornavam apenas depois de passados cinco anos (XII, 42, 3). Êste último detalhe está certamente exagerado, devendo ter feito parte das narrativas destinadas a aumentar o preço das mercadorias, mas dá margem a que se pense terem sido as especiarias buscadas mesmo para além da Índia e do Ceilão.

Na época da atividade de Oc-éo, é certo que os mercadores do Império Romano iam em pessoa ao Extremo Oriente. Tal ponto parece ter constituído uma etapa ulterior da rota que passava por Ceilão ou pela Índia para ganhar as paragens chinesas, rota esta que foi a seguida pela famosa "embaixada de Marco-Aurélio" à China (48). Mas, assim como em relação à Índia, não há margem para pensarmos terem tido os romanos estabelecimentos permanentes e autônomos naquelas regiões. A influência indú na Cochinchina, evidenciada em sinetes inscritos e em numerosos objetos, indica que o comércio romano devia sua extensão para a Indochina à expansão indú, já poderosa no Extremo Oriente durante os primeiros séculos de nossa éra. Segundo tôdas as aparências, foi na esteira dos navegantes in-

(48). — Cf. *Bull. Éc. fr. Extr.-Or.*, XXI, p. 197. — C. Madrolla, in *Cahiers de l'Éc. fr. Extr.-Or.*, suppl. G., 1947, p. 13. Pensa-se tratar-se mais de Helio-gáballo (218-222) do que de Marco Aurélio (161-180), cf. B. Breloer e F. Bömer, *Fontes Historiae religionum indicarum*. Bonn, 1939, p. 131 n. sobre linha 11; E. R. Hayes, *L'École d'Édessa*. Paris, 1930, p. 77.

dús que os navegantes do Império Romano freqüentadores dêstes portos avançaram até tão longe. O comércio com a Índia constituiu a escala e o vetor do comércio ocidental na rota marítima da China. E' evidente que a contribuição romana apenas pôde colocar-se na grande corrente de expansão indú para o Oriente e para os mares do Sul. E' verdade que deve ter necessariamente participado dos característicos desta expansão.

Sabemos que a expansão indú foi profundamente cultural ao mesmo tempo que comercial, jamais apresentando-se como uma conquista. Sem adquirir possessões territoriais, sem lutar com os povos das regiões por êles freqüentadas, os indús fizeram com que nelas frutificasse o seu comércio e florescessem suas artes e seu pensamento (49). Não podemos ainda dizer se, seguindo seus traços e seu exemplo, os mercadores do Império Romano levaram até a Indochina os elementos da cultura ocidental ao mesmo tempo que os objetos da arte mediterrânea, mas sabemos terem êles introduzido idéias do Ocidente e podemos verificar que o mundo romano, por sua vez, teve exata comunicação de idéias indús.

AS TROCAS CULTURAIS.

Numerosas semelhanças de detalhe entre as civilizações da Antigüidade clássica e as da Índia chamaram a atenção dos primeiros observadores europeus modernos, levando a maior parte dêles a supor que tais semelhanças resultavam de empréstimos feitos pela Índia. O famoso viajante holandês Schouten, tendo descoberto entre os indús a crença na metempsicose, acreditou-os discípulos de Pitágoras. Outros pensavam terem sido os companheiros de Alexandre os veículos para muitos empréstimos. Quando os reinos indo-gregos e indo-citas da Índia tornaram-se melhor conhecidos, foi que tais empréstimos, em sua maior parte, revelaram-se como datando de época bem mais tardia. Foi nos ambientes eurasiáticos formados em virtude da instalação dos gregos da Bactriana na Índia que foi composto o **Milindapañha**, as **Perguntas do rei Menandro** (50).

Foi com o tempo, na época do Império Romano e dos indo-citas, durante os primeiros séculos da era cristã, quando as contribuições comerciais e as relações diplomáticas substituíram a ocupação grega, que chegaram à Índia um certo número de no-

(49). — A respeito do caráter essencialmente pacífico e cultural da expansão indú, veja-se G. Coedès, *Histoire des États hindouisés d'Indochine et d'Indonésie*. Paris, 1948.

(50). — Cf. A. Fouchet, *A propos de la conversion au bouddhisme du roi indo-grec Ménandre*, in *Mém. Ac. inscr.*, t. XLIII, 2a. parte, 1943.

ções gregas, que bem cedo foram postas em destaque. No domínio científico, os empréstimos da Índia à astronomia, e sobretudo à astrologia alexandrina, são famosos há dois séculos, desde que o Pe. Pons reconheceu, como já relembramos, têrmos técnicos gregos nos livros astrológicos indús (51). Podemos determinar, hoje em dia, que tais empréstimos parecem ter tido, lugar nos primeiros séculos de nossa era, chegando até os séculos IV e V, mas sua importância foi exagerada, uma vez que os indús possuíam uma astrologia própria anterior às contribuições gregas. O sistema dos pontos de referência celestes (**nakshatra**), de que se utilizavam antes de terem adotado o zodíaco grego, e cujo uso jamais abandonaram, remonta à época védica. Suas especulações sobre o “grande ano” são atestadas desde a época bramânica antiga (52).

Em medicina, é provável certa influência grega sobre uma teoria dos quatro elementos do corpo suscetíveis de causar as doenças, teoria adotada numa parte da literatura budista (53), se bem que os quatro elementos considerados correspondam incompletamente aos quatro humores da medicina helênica. Foram invocadas sobretudo influências helênicas sobre a teoria clássica da medicina indú, a qual não reconhece senão três elementos orgânicos e eventualmente patogênicos. Mas tal teoria tem antecedentes indús antigos, anteriores a seus paralelos gregos. Estes últimos podem, ao contrário, derivar de idéias indús importadas na época aquemênida, bem antes, portanto, do período de intercâmbio que agora consideramos.

A questão, freqüentemente agitada, da influência do teatro grego sobre o teatro sânscrito, é ainda debatida, mas tal influência localizar-se-ia em nosso período.

Os empréstimos possíveis, em sentido inverso, do Ocidente à Índia, têm sido mais raramente estudados. Foram encarados principalmente para o período das origens do pensamento grego e muito mais raramente para o do Império Romano, quando, entretanto, como vimos, as comunicações eram variadas, regulares e fáceis.

Têm sido pressupostas, todavia, influências indús sobre certas doutrinas dos gnósticos (54) ou de Plotino (55), ou ainda

(51). — *Lettres édificantes*, ed. Lyon, 1819, t. VIII, p. 44 (carta de 23 de novembro de 1740).

(52). — Cf. *J. As.*, t. CCXXXVI, 1948, supl. p. 80, onde a referência ao *Çatapathabrâhmana* deve ser lida X, 4, 2, 23.

(53). — Cf. P. Demiéville, *Byô*, in *Hôbôgirin*, Paris, 1937, fasc. 3, p. 252, col. 2.

(54). — J. Kennedy, *Buddhist gnosticism; the system of Basilides*, in *Jour. Roy. As. Soc.*, 1904, pp. 377 e seguintes.

(55). — L. Bréhier, *La philosophie de Plotin*, Paris, 1928, pp. 107 e seguintes.

sôbre o romance grego (56), a mística do Pseudo-Dionísio (57), as doutrinas de Orígenes (58), a equação **logos-anthropos** (59). De maneira geral, quando vemos surgirem, no mundo greco-romano, idéias ou particularidades de doutrinas correntes na Índia, podemos suspeitar de uma influência indú. Contudo, é lícito supormos tratar-se de uma simples coincidência, de um encôntro fortuíto de idéias, dado que, em se tratando de assuntos idênticos, o espírito humano pode chegar às mesmas reflexões em qualquer parte do mundo. A freqüência das concordâncias mostra-se, em princípio, mais favorável a empréstimos do que a coincidência. Mas podemos ainda dizer que as coincidências se encontram naturalmente multiplicadas em meios que se dedicam a especulações da mesma ordem. Na ausência de circunstâncias históricas conhecidas, indicando uma influência, podemos sempre invocar o paralelismo independente de encontros e as coincidências em série. Todavia, quando está provado terem sido ativas as comunicações, freqüentes e fáceis entre os mundos em que se manifestam especulações similares, aumenta consideravelmente a probabilidade de trocas intelectuais. Enfim, torna-se difícil explicar tudo por meio de inúmeras coincidências casuais, uma vez ser ponto pacífico que as comunicações não foram apenas diplomáticas e comerciais, mas que levaram também as idéias de um para outro lado.

Ora, durante muito tempo foi possível a existência de dúvidas relativas à possibilidade de terem as relações entre a Índia e o Império Romano permitido aos ocidentais o conhecimento das idéias da Índia. Mesmo aquêles que admitiram uma influência indú sôbre Plotino tiveram dificuldade em explicá-la. Imaginaram êles que Plotino tivesse podido chegar ao conhecimento das idéias bramânicas no decorrer de sua viagem ao Oriente, logo após a infeliz expedição de Gordiano contra os persas, como se não pudesse chegar a Alexandria, onde então residia Plotino, um suficiente conhecimento das idéias em questão. Mas o exame do sumário que destas idéias nos deixou Santo Hipólito suprime tôdas as dificuldades no concernente a Plotino e elimina tôdas as dúvidas, quanto à possibilidade da transmissão de influências espirituais indús ao Império Romano.

(56). — F. Lacôte, *Sur l'origine indienne du roman grec*, in *Mél. d'indianisme Sylvain Lévi*, Paris, 1911, pp. 249 e seguintes.

(57). — J. H. Leuba, *Psychologie du mysticisme religieux*, trad. Herr. Paris, 1925.

(58). — De Lubac, *Textes alexandrins et bouddhiques*, in *Recherches de sc. rel.*, 1938, pp. 336 e seguintes.

(59). — Maryla Falk, *Origine dell'equazione ellenistica logos-anthropos*, in *Studi e mater. di Storia delle Rel.*, XIII, 1937, pp. 166-214.

Nos **Philosophoumena** ou **Refutação de tôdas as heresias** (I, 24), Hipólito expôs, em Roma, por volta de 230, ou seja, antes que Plotino lá se fôsse fixar — o que ocorreu em 245 — a doutrina dos brâmanes em termos que não atraíram imediatamente a atenção dos historiadores. Partindo-se de que Hipólito menciona detalhes conhecidos desde a época de Alexandre, não se pensou, geralmente, em ver na sua exposição outra coisa a não ser uma série de velhas noções, lembradas pela preocupação de fazer um trabalho completo. Mas o estudo de seu texto mostra que se trata aí, ao contrário, de um documento cujo traço essencial é o de ser uma fonte recente e cuja exatidão é digna de nota (60). Hipólito expõe, sobretudo, a doutrina de brâmanes das margens do Tagabena (que outro não é senão o Tungabênâ ou Tungabhadrá) do Decão (61), desconhecido de todos os geógrafos gregos e romanos anteriores. Demonstra êle ter noções precisas a respeito das idéias dêstes brâmanes, e sua autenticidade é facilmente submetida a verificação pela comparação dos textos bramânicos, principalmente dos **Upanishad**, onde elas se encontram. Longe de ser um texto banal, reproduzindo, como tantos outros, certos lugares comuns antigos sôbre a sabedoria dos brâmanes, o texto de Hipólito é um testemunho decisivo do conhecimento real das especulações psicológicas e metafísicas da Índia por parte dos romanos do século III. A predileção que existiu no Império Romano pelos sábios orientais, particularmente indús, não era um puro esnobismo (62), correspondendo, antes, a uma contribuição histórica de informações verdadeiras, levadas por múltiplos caminhos, mas bem determinados e que sabemos terem sido regulares.

Não nos bastava conhecer êstes caminhos para que presu-míssemos ter-se verificado realmente uma tal contribuição. A considerar-se o caráter sumário e superficial das informações possuídas pelos autores gregos, devíamos concluir que as rotas de comércio apenas tinham carreado material da Índia para o Mediterrâneo. De resto, Estrabão queixara-se amargamente da ignorância dos mercadores que traficavam na Índia (XV, 1, 4), devendo-se pensar, com Foucher, que, longe de poderem apresentar-se como intérpretes de doutrinas religiosas ou filosóficas, nada tinham êles podido divulgar senão, no máximo, uma

(60). — Cf. J. Filiozat, *La doctrine des brâhmanes d'après saint Hippolyte* in *Rev. de l'Hist. des rel.*, julho-dezembro de 1945, pp. 59-91.

(61). — A identificação foi feita por Mlle. M. Falk, *l. c.*, p. 203 e, independentemente, por M. A. M. Barua, *Asoka and his inscriptions*. Calcutá, 1946, p. 240.

(62). — Cf. *Jour. As.*, 1943-1945, pp. 249-354.

série de contos (63). E não podemos pôr em dúvida o testemunho de Estrabão, uma vez que, ainda em nossos dias, bem poucos entre os europeus, que por força de seus negócios ou de suas funções residem na Índia, chegam a adquirir um conhecimento correto das doutrinas indús. Mas lá está o resumo de Hipólito, para revelar-nos que, a despeito das ignorâncias e das negligências habituais, as comunicações intelectuais existiram realmente. De resto, se apenas pessoas ignorantes tivessem circulado pela Índia, donde teriam os indús podido retirar as noções gregas, de astrologia e de outros assuntos, que tomaram de empréstimo?

Nestas condições, devemos rever, à luz dêste fato, e levando em conta agora a força expansiva da cultura indú, todo o problema das influências orientais no Império Romano.

Devemos também tratar com menos desprezo certos textos relativos à Índia e que podiam ser tomados, *a priori*, como sendo o resultado de pura fantasia. Já pudemos constatar não ter sido tudo completamente inventado na **Vida de Apolônio de Tiana** de Filostrato. Detalhes autênticos foram aí identificados, tendo-se podido reconhecer que, a propósito da cidade de Taxila, Filostrato dera indicações verdadeiramente tópicas em pontos que, muitas vêzes, foram tomados por embustes literários (64). Assim sendo, não devem ser rejeitadas, como se fôsem invenções de romancistas, as asserções de Filostrato a respeito da sabedoria dos etíopes, apresentada como derivando do indú, sendo os próprios gimnosofistas etíopes uma antiga colônia indú na África (VI, 11 e 16). Pelas rotas comerciais que, na época de Apolônio, no século I de nossa éra, uniam normalmente o sul do Egito e a Índia, a filosofia dos brâmanes podia já se ter propagado. Se bem que Filostrato tenha apresentado os gimnosofistas da Etiópia como tendo renegado os da Índia, podemos perguntar se sua narrativa legendária não mantém uma autêntica recordação de um dos pontos de escala do pensamento indú na sua marcha para o Oriente.

Seja como fôr, o texto de Hipólito sôbre os brâmanes mostra-nos que, no término de sua viagem, tal pensamento atingiu a própria Roma. E' êle o correspondente aos textos sânscritos que se inspiravam na astrologia alexandrina. Êstes provaram-nos, desde muito tempo, a transmissão da ciência grega do Império Romano à Índia; aquêla prova, agora, que as relações culturais eram recíprocas. Os achados arqueolôgi-

(63). — *La vieille route de l'Inde*, pp. 292-293.

(64). — Cf. A. Foucher, *La vieille route...*, pp. 221-222, n.º 6. — R. Goosens, *Un texte grec relatif à asvamedha*, in *Jour. As.*, outubro-dezembro 1930, p. 280. — P. Meilq, *Apollonius de Tyane et les rites védiques*, comunicação na *Soc. As.*, in *Journ. As.*, 1943-1945, p. 451.

cos, corroborando os textos, confirmam-nos terem sido ativas as trocas comerciais de produtos de luxo e de objetos de arte entre o mundo romano e o mundo indú. Fornecem-nos êles as amostras, permitem-nos determinar sua natureza e sua importância, bem como datá-las. Por sua vez, os textos religiosos e científicos atestam, hoje em dia de parte a parte, que as trocas comerciais foram acompanhadas pelo intercâmbio de pensamento. Justificam êles, dêste modo, os estudos comparativos e dão legitimidade ao exame das hipóteses de relações históricas ao lado das que postulam coincidências casuais.

JEAN FILLIOZAT

Professor da Cadeira de Línguas e Literaturas da Índia do Colégio de França.